



# **Desvios e Limiares: O Ensino de Urbanismo e Projeto Urbano como Campo de Experimentação**

**PAOLA BERENSTEIN JACQUES | THAIS TRONCON ROSA**



Apesar das inúmeras críticas ao funcionalismo e racionalismo exacerbados do urbanismo moderno, as bases metodológicas modernas sobre as quais se consolidou o campo disciplinar do urbanismo ainda não foram plenamente questionadas. De fato, em boa parte dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, essas bases, herdadas do século XIX, continuam operantes e parecem não ter sido ainda suficientemente problematizadas. A vertente moderna mais purista, positivista, funcionalista, teleológica, que segue uma determinada ideia de progresso técnico, inelutável, que exacerbou as noções de ordenamento e controle, se tornou hegemônica no campo do urbanismo. No entanto, uma outra vertente, também moderna, faz críticas aos excessos do funcionalismo, suas simplificações, ao próprio urbanismo como disciplina científica que buscava sobretudo controlar, ordenar e, assim, também limitar, a complexidade da experiência urbana. Nossa proposta é retomarmos a essas pertinentes críticas para assim pensar o urbanismo e, sobretudo o seu ensino (ateliê de projeto) como um campo expandido ou ampliado de experimentação, a partir de uma série de outras experiências metodológicas menos positivistas, simplificadoras ou homogeneizantes, que possam tentar abarcar a multiplicidade, heterogeneidade e complexidade das cidades contemporâneas.

*Despite of innumerable critics to the exacerbated functionalism and rationalism of the modern urbanism, the methodological foundations in which were consolidated the disciplinary fields of the urbanism were not fully questioned yet. In fact, in a vast portion of the architecture and urbanism courses from Brazil, these foundations inherited from the XIX century are still operating and they seem to be not sufficiently problematized yet. The modern most purist strand, positivist, functionalist, teleological that follows a determinate idea of technical progress, ineluctable, that exacerbated the notions of planning and control has become hegemonic in the field of urbanism. However, another modern strand does critics to the functionalism excesses and its simplifications, to the urbanism as scientific discipline seeking to control, to order and also to limit the complexity of the urban experience. Our proposal is to resume to these pertinent critics to think the urbanism and above all, its teaching like an expanded or amplified field of experimentation from a series of other less positivistic methodological experiences, simplifiers or homogenizers that may try to cover the multiplicity, heterogeneity and complexity of the contemporary cities.*

*“Método é desvio.” (Walter Benjamin)*

*“Primeira regra para o reto ensino (...) não temer os desvios, não temer a errância. (...) Segunda regra para o reto ensino, já cheio de desvios: não ter medo de ‘perder tempo’, não querer ganhar tempo, mas reaprender a paciência.” (Jeanne Marie Gagnebin)*

*“O limiar (Schwelle) deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira (Grenze). O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra schwellen (...).” (Walter Benjamin)*

*“Na arquitetura, o limiar deve preencher justamente a função de transição, isto é, permitir ao andarilho e também ao morador que possa transitar, sem maior dificuldade, de um lugar determinado a outro, diferente, às vezes, oposto. (...) o limiar não faz só separar dois territórios (como a fronteira), mas permite a transição, de duração variável, entre esses dois territórios.” (Jeanne Marie Gagnebin)*

*“Nunca houve uma época que não se sentisse ‘moderna’ no sentido excêntrico, e que não tivesse o sentimento de se encontrar à beira de um abismo. A consciência desesperadamente lúcida de estar em meio a uma crise decisiva é crônica na história da humanidade. Cada época se sente irremediavelmente nova. O ‘moderno’, porém, é tão variado como os diferentes aspectos de um mesmo caleidoscópio.” (Walter Benjamin)*

## OUTROS MODERNOS

A pesar das inúmeras críticas ao funcionalismo e racionalismo exacerbados do urbanismo moderno – e a seu principal “manual”, a chamada “Carta de Atenas” ou ainda à construção da cidade moderna por excelência, Brasília –, críticas que se tornam mais correntes a partir dos anos 1960, com o final dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna)<sup>1</sup>, as bases metodológicas principais sobre as quais se consolidou o campo disciplinar do urbanismo ainda não foram plenamente questionadas. De fato, em boa parte dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, continuam operantes, até mesmo em propostas que buscam tratar questões consideradas como críticas ao urbanismo moderno funcionalista, a exemplo das questões da história e memória, do vernáculo e popular, ou ainda da participação da população. Seja no chamado, hoje, urbanismo corporativo, mundialmente hegemônico, voltado para interesses do mercado (neo-urbanismo, urbanismo estratégico, espetacular, etc), seja no seu necessário contraponto crítico e militante, voltado para interesses dos habitantes, que poderia ser chamado de urbanismo colaborativo (urbanismo participativo, autogestionário, comunitário, etc), as questões metodológicas de nosso campo disciplinar, herdadas do século XIX<sup>2</sup>, ainda parecem não ser suficientemente problematizadas.

A questão – se o campo disciplinar já surge profundamente moderno, poderia então haver um urbanismo “não-moderno”, sobretudo após o final do movimento moderno em arquitetura e urbanismo (dos CIAMs)? – que emerge ainda nas primeiras críticas mais radicais ao urbanismo moderno funcionalista, como aquelas feitas exatamente pelos que decretaram seu fim, o Team X (que fizeram inclusive um enterro simbólico do CIAM, bastante divertido), ou ainda pelos situacionistas, que usavam precisamente a ideia de desvio e da deriva como ferramentas críticas<sup>3</sup>, ainda paira no ar sem respostas. No campo disciplinar do urbanismo (mas também no da arquitetura, também ainda claramente moderna no seu sentido mais funcionalista e formalista), sobretudo em seu exercício prático mas, também, no seu ensino universitário, as metodologias modernas ligadas a



Laboratório Urbano PPG-AU/FAUFBA. Fonte: Montagens de Igor Queiroz, a partir de imagens do Ateliê 5 FAUFBA (turmas de 2007, 2011, 2013, 2014 e 2016)

uma ideia de progresso técnico foram naturalizadas, assim como alguns termos herdados, por exemplo, dos antigos discursos higienistas com suas metáforas médicas, como o famoso “diagnóstico”, que ainda são repetidos mesmo por aqueles mais críticos aos renovados processos higienistas de limpeza social que surgem atrelados a processos de espetacularização e gentrificação das cidades contemporâneas.

Sugerimos começar por desviar dessa questão da existência de um “urbanismo não-moderno” para outra: aquela referente à qual herança moderna ou tradição moderna o campo do urbanismo ainda estaria reivindicando. Sem dúvida, o campo disciplinar do urbanismo seguiu majoritariamente a vertente moderna mais purista, positivista, funcionalista, teleológica, que segue uma determinada ideia de progresso técnico, inelutável, que exacerbou as noções

de ordenamento e controle, centrais no momento da emergência do urbanismo como disciplina científica de intervenção prática. No entanto, uma outra vertente, também moderna, sobretudo no entre-guerras, já fazia críticas a essa noção de progresso pensado como desenvolvimento técnico acrítico, como fez brilhantemente por exemplo, Walter Benjamin, um dos principais pensadores dessa outra tradição moderna, crítica<sup>4</sup>, em suas teses sobre a história<sup>5</sup>. As críticas aos excessos do funcionalismo, suas simplificações, ao próprio urbanismo como disciplina que buscava sobretudo controlar, ordenar e, assim, também limitar, a complexidade da experiência urbana já estavam presentes no próprio auge da modernidade (e, inclusive, internamente ao próprio campo disciplinar então em construção). Tratava-se assim de um desvio moderno crítico da ideia de progresso.

Nossa proposta é precisamente retomarmos a essas pertinentes críticas, em particular no momento exato em que elas foram violentamente interrompidas (sobretudo pelo fascismo e nazismo na Europa), para repensar nosso campo disciplinar. Para tal, precisamos pensar o urbanismo como um campo expandido ou ampliado (como propôs Rosalind Krauss para escultura<sup>6</sup>), a partir de outras experiências metodológicas menos positivistas, simplificadoras ou homogeneizantes, que possam abarcar a multiplicidade, heterogeneidade e complexidade das cidades contemporâneas, o que grande parte das metodologias ainda usadas atualmente, em particular de apreensão urbana, não conseguem mais (ou talvez nunca tenham conseguido, ou mesmo tentado) fazer.

Patrick Geddes – biólogo, botânico, escocês, próximo de Darwin e conhecido como um dos inventores da sociologia (“*civics*”), também era geógrafo e anarquista, e foi pioneiro do urban planning (traduzido por planejamento urbano<sup>7</sup>), ou seja, um típico generalista, tido como um dos “pais” fundadores do urbanismo como “ciência das cidades”, participando ativamente da consolidação desse campo disciplinar no início do século XX – propôs, em seu texto de 1925, uma interessante distinção entre hereditariedade (“*heredity*”), quando nossos ancestrais nos determinam, e herança (“*heritage*”), quando escolhemos nossos ancestrais<sup>8</sup>.

Ao menos desde a introdução do “*urban survey*” – baseado na observação das cidades existentes que passavam pelos primeiros processos de modernização mais violentos – criado por Geddes logo no início do século XX, o urbanismo opera por montagens para realizar suas análises urbanas. Geddes costumava viajar para conhecer cidades, fazendo levantamentos urbanos (“*surveys*”) que também se aproximavam das pesquisas etnográficas, em particular na sua longa passagem pela Índia. A partir dele, os levantamentos (ou análises das pré-existências urbanas) passam a ser realizados antes dos planos e projetos urbanos, como ele proclamava: “*survey before the plan!*”. Além das mostras de cidades (exposições), Geddes criou a “*Outlook Tower*” (um tipo de “observatório” da cidade), em Edimburgo, realizou várias exposições e também publicou livros, como o

famoso “*Cities in evolution*” (Cidades em evolução), publicado em 1915. Geddes propunha um “conceito sinóptico de estudo” das cidades ao “procurar reconhecer e utilizar todos os pontos de vista – científico, artístico, histórico – e, a partir destes, interpretar o curso de desenvolvimento futuro da cidade e suas possibilidades” (Geddes, 1994:sumário).

*“Geddes foi o primeiro a ofuscar esse sonho [de simplificação], emergindo de sua Outlook Tower, no norte gelado, para produzir aquele pesadelo de complexidade, o Salão de Edimburgo na grande Mostra de Planejamento Urbano de 1910. Era uma câmara de tortura para as almas simples habituadas a se deslumbrar com as perspectivas maravilhosas ou a se enternecer com as cidadezinhas arrumadinhas exibidas em galerias mais espaçosas. [...] O visitante criticava o seu show – simplesmente uma confusão – cartões postais – recortes de jornal – grosseiros pedaços de madeira – estranhos diagramas – reconstruções arqueológicas; essas coisas, como se dizia, indignas da Real Academia – nem emolduradas estavam – uma completa falta de respeito.” (ABERCROMBIE, Patrick apud GEDDES, 1994:16)*

O tipo de montagem para apreensão e compreensão das cidades realizado por Geddes, era – sobretudo em sua proposta de mostra itinerante sobre cidades, que reunia uma série de pranchas onde novas imagens eram acrescentadas, a cada nova cidade visitada, às montagens (que se perderam no naufrágio do Emden durante a 1ª Guerra Mundial) – uma mistura sempre heterogênea e heterodoxa de diferentes campos disciplinares e também de temporalidades e formas narrativas distintas. O urbanismo moderno, a partir dos CIAMs (em particular do CIAM IV, de 1933) tornou as montagens, enquanto forma de apreensão das cidades, cada vez mais uniformizadas (a famosa “*grille*” moderna proposta por Le Corbusier a ser “aplicada” em todas as cidades) se tornando assim, sobretudo na prática mais especializada e funcionalista do urbanismo, um tipo de montagem por semelhanças, que busca uma unidade ou totalidade qualquer, ou ainda, uma forma de legitimar narrativas dominantes já dadas. Um tipo de montagem padronizada, homogeneizante,

transformada em um modelo a ser seguido para qualquer cidade, de qualquer cultura, ou seja, que prioriza a montagem simplesmente como um “procedimento formal” em detrimento da montagem como um “método de conhecimento”.

*“A montagem seria um método de conhecimento e um procedimento formal nascidos da guerra, capaz de apreender a ‘desordem do mundo’. Ela assinalaria nossa percepção do tempo desde os primeiros conflitos do século XX: ela teria se tornado o método moderno por excelência.” (DIDI-HUBERMAN, 2007, tradução nossa)*

A montagem por diferenças, que difere da montagem corbusiana por ser um método de conhecimento, um método de criação, de problematização de questões que emergem durante o próprio processo – ou seja, que não é somente uma exposição ou ilustração de ideias já dadas –, foi praticada no período entre-guerras por algumas vanguardas modernas (sobretudo pelos surrealistas) e, em particular, por uma constelação de artistas, escritores ou teóricos nos anos 1920 e 1930 – entre eles, Sergei Eisenstein, Bertold Brecht, Walter Benjamin, Georges Bataille e Aby Warburg – e, mais recentemente, por Georges Didi-Huberman, historiador da Arte e professor de antropologia visual da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) em Paris. Didi-Huberman atualiza a questão da montagem moderna, em particular na sua forma de atlas de imagens (a partir de Warburg), em várias de suas aulas, palestras e publicações, mas também a prática na curadoria de exposições<sup>9</sup>. A retomada da montagem como forma de conhecimento frente à complexidade das cidades contemporâneas é algo que vimos explorando teórica e metodologicamente nos últimos anos, dentre outras formas de conhecimento e proposição crítica sobre a cidade, em particular no ensino do urbanismo e projeto urbano, como veremos adiante.

## LIMIARES: A COMPLEXIDADE DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Ao abordar o ensino de urbanismo e projeto urbano, nos parece crucial ter, como horizonte reflexivo, alguns questionamentos que, em certa medida, movimentaram sua emergência como ciência e que hoje nos parecem tão distantes (considerados como ‘coisa de cientistas sociais’): o que é “a cidade”? De que é feita, por quem e para quem e, principalmente, como se faz ou se deixa fazer?

De fato, talvez uma das dimensões mais perenes herdada (no sentido de hereditariedade imposta e não como escolha) da tradição moderna que se fez hegemônica tenha sido a perspectiva totalizante de “cidade” que ainda hoje baliza boa parte do ensino e da prática do urbanismo. A reedição contemporânea das abordagens da cidade como “problema”, como “crise”, como “caos” remete a tal abordagem essencialista, na qual o conceito se apresenta como universal, naturalizado, e tudo o que escapa de ser englobado por ele configura-se em seu avesso, ou sua negação<sup>10</sup>.

De modo complementar, há também a perenidade do que Lepetit (2001) denominou um “paradigma funcionalista” que se difundiu mundo afora e que ainda se faria presente em estudos e intervenções correntes sobre “a cidade”, estabelecendo uma relação unilateral, uma correspondência direta entre o espaço social e a organização material da cidade: “forte determinismo [que] assevera a coincidência entre a organização de um território urbano e as características da sociedade que nele habita”. Tal “legado” nos remete necessariamente à questão do disciplinamento das consideradas “classes inferiores” pela intervenção e ordenamento do espaço urbano, que, há pelo menos dois séculos, tem norteado práticas e reflexões no campo do urbanismo: “Toda a gama das práticas reformistas afirma a coincidência entre o território e a comunidade que o ocupa: organizar uma coisa é ordenar a outra; pensar numa é pensar na outra”.<sup>11</sup>

Em se tratando das grandes cidades, em especial as latino-americanas e brasileiras, as transformações experimentadas nas últimas quatro ou cinco décadas vêm sendo investigadas, descritas, analisadas pelos mais diversos campos de estudos urbanos. Entretanto, entre arquitetos e urbanistas, parecem ainda prevalecer aquelas explicações gerais sobre “a cidade e sua crise”, projeções quase sempre ancoradas em “totalidades inacessíveis de um ponto de vista empírico – a ‘grande cidade’, o ‘urbano global’, a ‘metrópole’, a ‘urbanização desterritorializada’”<sup>12</sup>, e, sobretudo, abordagens dicotômicas calcadas em categorias como “informalidade”, “ilegalidade” ou “anomia”, que seguem encarando as diversas dinâmicas socioespaciais e territorialidades não hegemônicas exclusivamente pela chave da

## 15(13) O Ensino e a Prática de Projeto

“ausência”, da “carência” e legitimando intervenções e violências de toda ordem. Em contraponto, a cidade que emerge das pesquisas empíricas, abordagens etnográficas e experimentações didáticas a partir das quais aqui refletimos, se apresenta como potente campo de trânsitos, mediações e disputas em que se articulam – não sem conflitos - temporalidades, espacialidades e universos sociais distintos<sup>13</sup>.

Tais experiências metodológicas – e, sobretudo, epistemológicas - buscam apreender a complexidade e potência das cidades contemporâneas, com especial atenção ao desenho das desigualdades no espaço urbano brasileiro, para além das dicotomias e categorias autoexplicativas (como segregação ou exclusão) e sob a perspectiva de que há dinâmicas socioespaciais em constante movimento, produzindo e disputando a cidade em suas margens e, portanto, deslocando-as continuamente. Não se pretende afirmar, com isso, a inexistência de fronteiras socioespaciais a delimitar os territórios, os processos e as experiências urbanas em questão. Mas temos nos proposto a refletir em termos da noção de “limiar”<sup>14</sup>. Límiares sugerem relações, passagens, transições - noções que pertencem às ordens do espaço, mas também do tempo. É dessa perspectiva que Walter Benjamin propõe uma rigorosa diferenciação entre fronteira e limiar: mais do que conter e manter, delimitar e separar (como o faz a fronteira), o limiar se configuraria como uma zona de transição, não estritamente definida, remetendo a fluxos e contrafluxos, lugares e tempos indeterminados e de extensão indefinida, “um entre, uma zona cinzenta que funde categorias e mistura oposições”.<sup>15</sup> Situam-se entre a possibilidade de um futuro em aberto - “zonas de transição” - e o achatamento gestorário da vida - “zonas de detenção”.

Arantes (2000), refletindo sobre as cidades contemporâneas brasileiras, propõe a noção de “zonas limiares”: lugares sociais conformados por uma diversidade de categorias e sujeitos sociais, territorialidades e sociabilidades que se superpõem e se entrecruzam de modo complexo, não apenas no espaço, mas também no tempo. Essas zonas resultariam de referenciais de tempo-espaço “produzidos nos conflitos e sociabilidades chamadas marginais”. Ou, nas palavras de Ribeiro (2010) a criação de “instáveis territorialidades”

em meio (ou por sobre) políticas urbanas excludentes e sua materialidade na cidade, as quais se associam à emergência de relações e tensionamentos entre diferentes racionalidades, normatividades e territorialidades nas cidades contemporâneas.

Dessa perspectiva, propõe-se uma inversão epistemológica no sentido de desconstruir (ou ao menos de tensionar) o paradigma totalizante e funcionalista que ainda orienta, em grande medida, a prática e o ensino do urbanismo e, sobretudo, do projeto urbano no país: encarar a cidade como “categoria da prática social”<sup>16</sup>, considerando a existência de diferentes “regimes de urbanidade”, o que demandaria, em termos críticos e propositivos, uma atenção às “múltiplas maneiras de “fazer cidade”.<sup>17</sup> Para além de uma atenção ao cotidiano (tal como proposto por autores tão distintos como Henri Lefebvre ou Michel de Certeau, e que se coloca aqui também como espécie de premissa metodológica e epistemológica), trata-se, sobretudo, de uma operação, a um só tempo analítica e política, de invocar, reconhecer – e aprender a dialogar com - a presença e a ação dos “muitos outros” na cidade, para usar uma expressão consagrada por Ana Clara Torres Ribeiro.

Dito isto, seria possível pensarmos em termos de “urbanidades liminares”, sem tratar o qualitativamente outro apenas como alvo de intervenção? Como superar as dificuldades historicamente colocadas ao campo do urbanismo para apreender, compreender e narrar esses limiares (espaços-tempos-corpos) na constituição do urbano? Em que medida tais questões podem ser enfrentadas no ensino do urbanismo e do projeto urbano, delineando – quem sabe – a possibilidade de conformação de um urbanismo também liminar?

É nesse sentido que uma espécie de descentramento (ou desnaturalização) metodológico e epistemológico se faz necessário, buscando outras formas de compreender e trabalhar a partir dessa complexidade inerente às cidades contemporâneas e seus “limiares”, tomando-os como base fértil (e, a nosso ver, inescapável) para o ensino e a prática do urbanismo no país<sup>18</sup>.

Laboratório Urbano PPG-AU/FAUFBA. Fonte: Montagens de Igor Queiroz a partir de imagens do Ateliê 5 FAUFBA (turmas de 2011, 2013 e 2016).

## MÉTODOS DESVIANTES: PROCESSO E EXPERIMENTAÇÃO

Sabemos que as ferramentas, instrumentos e métodos ligados ao projeto, sobretudo em urbanismo, já não são (ou nunca foram?) suficientes para compreender a complexidade das cidades contemporâneas e, em particular, de nossas cidades brasileiras, ainda tão segregadas e desiguais. Há muito tempo que precisamos, sobretudo em casos nacionais como os de ocupações populares, favelas e outros espaços autoconstruídos (mas também nos vastos territórios “de interesse social” semiproduzidos pelo estado), inventar, criar, explorar novas metodologias, novas ferramentas, trocar com outros campos disciplinares, para poder pensar o projeto como um processo mais complexo, coletivo, e não apenas como o resultado de um só autor, de um grande arquiteto demiurgo do “*star system*”, em sua maioria, homens, brancos e dos países mais ricos, com suas grandes obras monumentais e espetaculares, feitas para serem mostradas em belas fotografias, geralmente, sem habitantes, nas revistas internacionais.

Mais interessante do que buscarmos uma única “nova” metodologia a ser aplicada e replicada – engessando experiências ou outros procedimentos, ou pior, criando modelos ou receitas – seria trabalharmos para ampliar o campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo e passar a pensar o projeto no seu “campo ampliado”, a partir também de seus limiares disciplinares<sup>19</sup>. Talvez o caminho didático mais interessante a seguir (“met-hodos”, caminho que segue) seja exatamente multiplicar os caminhos possíveis, tensioná-los uns aos outros, a partir de experiências metodológicas sempre desviantes, errantes, que não sabem, a priori, onde chegarão. A perspectiva de pensar o projeto como um processo em aberto que atua dentro de um campo ampliado, e de pensar o processo de forma livre e plural, poderá nos indicar – a partir dos dissensos e dos tensionamentos permanentes, que consideram e reconhecem os conflitos e várias disputas de forças no campo disciplinar e na própria cidade – uma melhor compreensão da complexidade das cidades contemporâneas.



## 15(13) O Ensino e a Prática de Projeto

Questionamos o modelo, profundamente arraigado no ensino de projeto, de que este seria “a solução” a ser alcançada para determinados problemas previamente “diagnosticados” (trata-se, mais uma vez, de uma abordagem herdada daquele moderno hegemônico, que ainda se orienta por uma noção desenvolvimento associada à ideia de progresso), em geral propostos pelos professores, para o qual bastaria mobilizar certas capacidades e conhecimentos técnicos e sintetizá-los na linguagem do desenho (técnico, em especial). Sem desconsiderar a importância de tal capacitação técnica, atestamos na prática sua insuficiência para lidar com essa complexidade, com essas “zonas limiares”, com os vários “regimes de urbanidade”, com as realidades (e disputas) socioespaciais das cidades brasileiras: trata-se de propor outras perspectivas de formação – crítica, reflexiva, invocando o “ofício pensar”<sup>20</sup> como dimensão prioritária e complementar a todas as outras, dentre as tantas possibilidades que se delineiam como o “ofício” em arquitetura e urbanismo – também a partir do ensino projetual e, para tanto, buscar outros limiares, entre campos disciplinares e formas de aproximação ao urbano, encarando o projeto como investigação e experimentação autônomas e dialógicas dos estudantes.

A autonomia na construção didática e, sobretudo, do aprendizado é portanto, nesse caso, uma espécie de pressuposto metodológico, que atravessa as várias experiências levadas a cabo pelas autoras em momentos e situações distintas, mas que caracterizam uma perspectiva de trabalho coletiva do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA), sobretudo na articulação ensino-pesquisa-extensão. As metodologias propostas são caminhos possíveis (mas não pré-determinados) para a trajetória de aprendizado: ao contrário do entendimento do projeto como produto (final, acabado) - alvo metodológico no qual mirar -, os percursos através das metodologias experimentais propostas, em especial no Ateliê 5 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia<sup>21</sup>, variáveis a cada ano conforme as temáticas ou os territórios a serem trabalhados, e ainda conforme a construção dialógica interna às equipes de professores e pós graduandos em estágio docente, e com a própria turma de estudantes, são também variáveis a depender das escolhas estabelecidas por

cada grupo de trabalho, em relação direta com a cidade e com seus mais diversos praticantes: ou seja, são tecidos na incerteza, na incompletude, no processo em si. São tecidos, sobretudo, no aprendizado do trabalho coletivo, dialógico e colaborativo (e, porque não dizer, muitas vezes conflitivo) a partir do qual se estrutura esta proposta de ensino: o exercício do debate de ideias, do diálogo no dissenso, da exposição coletiva de inquietações e descobertas são parte fundamental deste processo, que se funda no contraponto à noção de autoria individual, na dimensão relacional da prática projetual e na perspectiva de atuação social e interdisciplinar do arquiteto urbanista. Mais do que uma construção em que professores delimitam escopos e etapas de exercícios finitos em si mesmos, trata-se de um processo de trocas e aprendizados mútuos (entre professores e alunos, entre alunos e a cidade, mas sobretudo entre professores, alunos e os interlocutores/habitantes/usuários que estabelecem ao longo do percurso processual de investigação em que se constitui o projeto.

O corpo-a-corpo com a cidade e seus habitantes<sup>22</sup> tem sido um dos elementos fundamentais dessa construção experimental e desviante. Caminhadas, derivações, deambulações, deslocamentos diversos, aproximações etnográficas, insistências urbanas, interlocuções com moradores-usuários-praticantes, observações participantes, escutas ativas, jogos e oficinas interativas, catações de fragmentos e memórias, para citar algumas das mais diversas metodologias de campo trabalhadas no ateliê. Em diálogo com outros campos disciplinares, mas também com outros grupos e professores do próprio campo disciplinar que vêm criando e experimentando metodologias mundo afora<sup>23</sup>, já foram várias as formas de aproximação corporal dos estudantes à cidade, aos territórios a serem trabalhados nos exercícios reflexivos-propositivos. Trata-se de uma abordagem que, mais do que unicamente focada em formar tecnicamente “urbanistas” (ao que também não nos furtamos, muito embora deva-se levar em conta as limitações de carga horária destinadas, em boa parte dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no país, ao campo do urbanismo<sup>24</sup>), se propõe a despertar (ou instigar) a apreensão crítica - e propositiva - das

idades contemporâneas como formação indispensável (considerando a indissociabilidade entre a produção da arquitetura e a produção da cidade) mesmo àqueles arquitetos que não pretendem atuar profissionalmente só na escala urbana, como urbanistas *stricto sensu*<sup>25</sup>.

A própria delimitação dos recortes territoriais a serem trabalhados pelos grupos parte dessa interação corporificada com a cidade, sem a definição prévia de uma “poligonal” (que cria limites) tecnicamente estabelecida (quase sempre aleatória do ponto de vista dos usos da cidade e que acaba criando ou reforçando fronteiras, limites e segregações espaciais): são estabelecidos a partir das dinâmicas de apreensão e síntese, variando seus modos de estabelecimento e suas escalas conforme os territórios, questões, situações e interlocuções trabalhadas. Os desdobramentos investigativos são portanto territorializados, situados e se valem ainda de cruzamentos e tensionamentos entre as histórias, dados, políticas e legislações oficiais e as histórias narradas, memórias e processos de autoprodução e apropriação dos espaços em questão, bem como de suas normatividades e fontes documentais, trazendo à tona, como elemento fundamental para reflexão e proposição críticas, a dimensão das diversas racionalidades (e suas dimensões operativas, aplicadas) e temporalidades urbanas (e os diversos projetos de futuro aí intrínsecos, matéria prima de trabalho dos urbanistas desde os primórdios da disciplina).

Como parte fundamental desse aprendizado mútuo do projeto como processo aberto, também a dimensão da síntese e da comunicabilidade – transmissão, tradução, narrativa (em contraponto à ideia de representação *stricto sensu*) é fruto de questionamento, investigação, invenção. A questão da narração, e do que chamamos de narrativas urbanas como forma de transmissão de experiências e apreensões urbanas e, assim, de tensionamento e disputa entre macro e micronarrativas com relação à produção de territorialidades e subjetividades urbanas, é determinante. O próprio projeto, nessa acepção processual, pode ser entendido como narrativa<sup>26</sup>, e o exercício continuado de produção de sínteses transitórias (narrativas gráficas, textuais, imagéticas, em escalas e dimensões variadas) ao longo

das várias etapas de experimentações metodológicas que conformam o ensino e a aprendizagem neste Ateliê 5 da FAUFBA, mais do que fixar uma realidade (ou um “diagnóstico” sobre ela), acabam por não apenas transmitir ou traduzir o apreendido, mas também criar, fabricar, fundar outros tempos e espaços, delineando a cada etapa os desdobramentos propositivos. Configuram-se como o aprendizado de “um gesto equilibrista em que participam a circunstância (lugar e tempo) e o próprio locutor, uma maneira de saber, manipular, arranjar e ‘colocar’ um dito deslocando um conjunto”.<sup>27</sup> A partir da articulação, sobreposição e rearranjo dessas sínteses transitórias acumuladas, são exploradas diversas dimensões cartográficas (inclusive as corpográficas), relacionando as várias camadas de apreensões, narrativas, experiências corporais, imagens, territorialidades, temporalidades, dados, políticas, histórias ou memórias de experiências urbanas, buscando fazer emergir outras possibilidades de compreensão e proposição para os territórios, a cidade e a própria prática do urbanismo.

## **O CORPO-AO-CORPO COM A CIDADE E SEUS HABITANTES TEM SIDO UM DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DESSA CONSTRUÇÃO EXPERIMENTAL E DESVIANTE.**

## 15(13) O Ensino e a Prática de Projeto

Propomos, nesse contexto de ensino de urbanismo e projeto urbano como campo de experimentação, retomar assim a ideia de montagem como método de conhecimento que foi realizada por aqueles pensadores modernos, como apresentado anteriormente: um tipo de montagem urbana<sup>28</sup> que não parte de ideias já dadas, de nexos prontos, para simplesmente legitimá-los, mas que, ao contrário, busca encontrar possíveis nexos ainda não conhecidos durante a própria prática (exercício ou jogo) da montagem (processo de montagem/desmontagem/remontagem), porque atua a partir das diferenças, sem buscar qualquer tipo de unidade ou de totalidade e tenta separar o que normalmente está reunido e conectar o que está habitualmente separado. Esse tipo de montagem tenta separar o que normalmente está reunido e conectar o que está habitualmente separado e, assim, acaba por desmontar as formas mais funcionalistas e simplificadoras mas, também, as mais formalistas e puristas, de se pensar a própria noção de projeto e o próprio campo disciplinar do urbanismo – um tipo de desmontagem de certezas, naturalizações e simplismos amplamente sedimentados. Uma desmontagem, também, do funcionalismo e do formalismo, das formas de pensar ainda herdadas, como já foi dito mas não custa repetir, de uma tradição moderna positivista, cientificista e teleológica.

Uma vez que o projeto seja encarado, tal como proposto, como um processo aberto que agrega uma multiplicidade de configurações momentâneas, polifônicas, não haveria possibilidade de qualquer tipo de síntese unitária final, fixa, ou seja, uma metodologia rígida e doutrinária. As metodologias, no plural, seriam sempre provisórias e efêmeras, desviantes e errantes. Um outro tipo de conhecimento é possível a partir da renúncia a uma metodologia única, a partir do reconhecimento de que para se contemplar um “objeto” múltiplo – como a complexidade das cidades – precisamos aceitar a impossibilidade de um só método, um só caminho, e explorar a multiplicidade metodológica e teórica. Trata-se de uma forma mais complexa de ver, de compor, de montar, de pensar, de propor, desmontando qualquer tipo de unidade, qualquer tipo de certeza fixa, sedentária ou sedimentada, e remontando uma multiplicidade de outras formas de apreensão e outras maneiras de compreensão da complexidade que podem levar a outras formas de concepção, projeto e intervenção.



É certo que esse caráter experimental e processual, que tem nos desvios e nas incertezas alguns de seus motes, se constrói sob riscos e dificuldades (são muitas) e, sobretudo, se caracteriza por uma certa incerteza e também angústia (não apenas entre os alunos, mas também entre professores). Some-se a isso o fato de que o “pensar devagar”, a temporalidade mais longa, mais lenta dos processos de apreensão/reflexão/narração/proposição e da construção dos vínculos necessários ao diálogo na alteridade (aproximação a territórios e seus cotidianos, trocas entre saberes locais, populares, praticantes e os saberes acadêmicos) contrasta fortemente com o tempo das “urgências permanentes” das cidades brasileiras. Há, ainda, inquietações relativas aos limiares disciplinares, já que a interdisciplinaridade, para além de potência, também tem seus limites, não sendo uma prática irrestrita, conforme ensina Lepetit (2001). São, entretanto, questões cuja reflexividade se constrói na própria prática didática (sempre articulada à dimensão da pesquisa), sendo necessário, em

outra ocasião, nos debruçarmos sobre elas em maior profundidade, o que não seria possível dado os limites deste texto.

Valeria dizer, por ora, que lidar com tais riscos, dificuldades e angústias é parte do que consideramos um aprendizado fundamental para atuar frente às complexidades das cidades contemporâneas e suas “zonas limiares”. E seguimos inspiradas pelas proposições de Jeanne Marie Gagnebin (2006) e Cibele Rizek (2012), cujas transcrições literais valem à pena:

*“Aumentar a angústia, Adorno dizia que essa dimensão era uma dimensão de resistência não só ao sistema dominante do mundo administrado, mas também aos sonhos de dominação do pensamento. Não querer colocar uma ordem necessária onde há primeiro, desordem, não confundir ‘taxinomia’, arranjo em várias gavetas, com pensamento – pois pensar é, antes de mais nada, duvidar, criar caminhos, perder-se na floresta e procurar outro caminho, talvez inventar um atalho.” (Gagnebin, 2006)*

*“Seria então necessário recuperar como alvo e objeto de reflexão e como possibilidade de pensar e nomear os territórios do indeterminado, da suspensão, da hesitação, do tatear, contra as classificações apressadas. Recuperar a possibilidade de pensar devagar, pela prática do desvio, sem os resultados rápidos da linha reta, do dado*



Laboratório Urbano PPG-AU/FAUFBA. Fonte: Montagens de Igor Queiroz, a partir de imagens do Ateliê 5 FAUFBA (turma de 2016). Montagem e Desmontagem

*objetivo, das contagens, das categorias e das taxonomias. Pensar reconhecendo a concretude irreduzível das coisas e dos corpos. Pensar, aponta Benjamin, como pensam as crianças – cujo futuro se desconhece – a partir de um tempo de espera, um tempo que se conforma como lugar privilegiado dos limiares, um tempo do desconhecido diante de um presente de descoberta, um tempo em que nada está definido, em que nada é definitivo.” (Rizek, 2012)*

*“Essa sequência de imagens de pensamento [Rua de Mão Única] introduz muito mais uma dimensão claramente política no pensamento estético de Benjamin, dimensão que vai orientar toda a sua atividade crítica a partir de então. Ele também tenta responder ao desespero do desastre da República de Weimar com uma aposta na inventividade humana, cujo paradigma não consiste na produção desenfreada de novas mercadorias, mas, de maneira subversiva e surpreendente, nas brincadeiras improváveis de crianças nos cantos abandonados das grandes cidades.” (Gagnebin, 2017)*

Para pensarmos o projeto de urbanismo, mas também de arquitetura e de paisagismo, de forma mais complexa e ampla, ou seja, como uma forma de produção de conhecimento, de criação cultural, de transformação social e, também, de ação crítica e política, será preciso exercitar cada vez mais novas experiências, recheadas de incertezas e de imprevisibilidades, em teoria e metodologia de projeto. A pesquisa exploratória em projeto de arquitetura e urbanismo ou o processo experimental de projeto como processo de pesquisa, como produção de conhecimento, é fundamental para dar suporte a um ensino de projeto menos simplista nos cursos de arquitetura e urbanismo, para que os futuros arquitetos urbanistas não usem o projeto somente como uma simples ferramenta acrítica para tentar resolver antigos problemas, problemas já dados, já formulados, mas que, ao contrário, habilitem os estudantes a pensar o projeto de forma crítica, como um instrumento capaz de problematizar novas questões, criar outras possibilidades, novas ferramentas e instrumentos, de formular novas metodologias e, também, de construir outras bases para novas demandas ainda não pensadas assim como inovadoras políticas públicas.<sup>29</sup>

Ainda seria necessária, o que ficará para outra ocasião dado os limites deste breve texto, uma discussão mais aprofundada sobre a dimensão política do próprio projeto como instrumento de poder, em particular no caso dos projetos urbanos, sempre indissociáveis das políticas públicas. Instrumentalizar, fornecer mais subsídios teóricos e, sobretudo, metodológicos para a pesquisa em projeto e seu exercício mais experimental, deve também ser visto como uma proposta crítica de desestabilizar algumas formas mais consolidadas de pensar e de intervir nas cidades contemporâneas. Não podemos esquecer que a teoria e a metodologia do projeto, bem como a discussão sobre o ensino de projeto, também são ações críticas e, necessariamente, políticas. Há ainda muito a fazer por nossas cidades no país – com seus espaços, sobretudo os públicos, em disputas permanentes e, por vezes, violentas – e o projeto como processo a um só tempo reflexivo, crítico e propositivo é um instrumento importante no campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo.

## NOTAS

<sup>1</sup>Os congressos internacionais (CIAMs) aconteceram entre 1928 e 1959 (no último congresso a nova geração, Team X, decretou o fim do movimento moderno fazendo inclusive um enterro simbólico). A Carta de Atenas, sua publicação mais conhecida e também doutrinária, atribuída à Le Corbusier, foi publicada na França em 1943, e trata-se de uma síntese das discussões ocorridas no CIAM IV, de 1933, sobre as cidades funcionais. Outras “cartas” foram publicadas por outros participantes do encontro, como J. L. Sert em *Can our Cities survive?* (1942). Sobre o histórico dos CIAMs e sua crítica, em particular a situacionista, ver, dentre outros, a apresentação de “Apologia da Deriva”, organizado por uma das autoras (Jacques, 2003), ou ainda Barone (2002), sobre as perspectivas críticas do Team X.

<sup>2</sup>Desde a emergência do urbanismo enquanto disciplina teórica e prática no século XIX – o termo passou a ser usado a partir dos grandes projetos de modernização e expansão das antigas cidades europeias como o conhecido plano de embelezamento do Barão Haussmann para Paris de 1853 e da publicação de trabalhos teóricos como o texto de 1867, a *Teoría General de la Urbanización* de Ildefonso Cerdà, responsável pelo famoso plano *Reforma y Ensanche* (ou *Eixample*) de Barcelona de 1859 – que este campo disciplinar está relacionado tanto a diferentes processos de higiene, ordenamento e controle, por vezes bastante autoritários, de intervenção nas antigas cidades existentes, quanto, já no século XX, a diversos planos de zoneamento e de separação de funções das novas cidades modernas, como o Plano Piloto de Lúcio Costa de 1956, vencedor do concurso para construção de Brasília. Nesse primeiro século de existência a disciplina se dedicou, de forma predominante, a buscar a antítese da “desordem” urbana, a “ordem” como já mostrou Françoise Choay no clássico de 1965, *O urbanismo*.

<sup>3</sup>Ver, a esse respeito, a já mencionada coletânea de textos dos situacionistas organizada por uma das autoras, Jacques (2003).

<sup>4</sup>Essa vertente – de intelectuais modernos, herdeiros de um romantismo alemão, que recusam as ilusões do progresso e buscaram desconstruir essa ideologia

moderna do progresso técnico industrial não em nome da sua conservação e muito menos de uma volta ao passado mas sim em nome de uma revolução –, por alguns vista como neorromântica utópica ou revolucionária, traz uma concepção da história bastante interessante, não buscando um retorno a um passado ideal mas sim, um desvio crítico pelo passado em direção a um outro futuro. Dessa tradição fizeram parte vários “judeus heterodoxos”, para falar como Michael Löwy, estudioso dessa rica vertente que mistura romantismo, surrealismo, messianismo e utopia, que além de Walter Benjamin reuniu vários nomes de judeus de “cultura” alemã, que já intuía a eminente catástrofe do nazismo, como Hannah Arendt, Franz Rosenzweig, Ernst Bloch, Georg Lukács, Gerschom Scholem, Martin Buber, entre outros. Para Benjamin, a utopia não era vista como um resultado do progresso mas sim, de uma visão de mundo (weltanschauung), uma forma de pensar, uma (auto)crítica da modernidade, um tipo de interrupção necessária de uma “evolução histórica” que conduzia diretamente para uma catástrofe. Essa vasta corrente de crítica moderna à própria modernidade, partindo de uma tradição romântica revolucionária alemã, se ressentia do chamado desencantamento do mundo (entzauberung der welt) e buscava seu possível reencantamento dentro da própria modernidade. Um trabalho mais aprofundado sobre essa hipótese está em andamento por uma das autoras (“Outros modernos”, tese para progressão para professor titular em andamento de Paola Berenstein Jacques, título ainda provisório).

<sup>5</sup>Tese 9 do seu último texto, “Sobre o conceito de história”, sobre o quadro de Klee Angelus Novus: “(...) O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira de costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.” (Benjamin, 1985:226).

<sup>6</sup>Ver: Krauss (1984).

<sup>7</sup>O termo já usado então era urbanização, nas línguas latinas passou-se a usar sobretudo *urbanisme*, urbanismo, e no mundo anglo-saxão o termo mais usado foi *urban planning*, planejamento urbano, que em vários países, como no Brasil, passou a constituir um campo de conhecimento próprio, independente e interdisciplinar, e que também trabalha com a escala regional (o urbanismo em certos casos, como no brasileiro, seguindo a “doutrina” dos CIAMs, se tornou praticamente uma questão de escala e um monopólio de arquitetos, hoje só temos no país um único curso exclusivamente de urbanismo, na Universidade Estadual da Bahia – UNEB, enquanto praticamente todos os cursos de arquitetura formam arquitetos e urbanistas, apesar da reduzida presença do debate específico do campo disciplinar na grande maioria dos currículos desses cursos).

<sup>8</sup>É interessante notar como Patrick Geddes foi importante no momento da constituição e consolidação do campo no início do século XX, tendo sido grande defensor da observação atenta das cidades existentes, chamada de “survey” (“survey before the plan” era seu lema), erroneamente traduzido por alguns autores como “diagnóstico”. A ideias de Geddes ressurgem nos anos 1950 – inclusive com a republicação e tradução de seus livros – no momento inicial de crítica aos excessos do funcionalismo moderno, sobretudo através de um grupo de arquitetos modernos da nova geração, o Team X, em particular pelo casal inglês Smithson. Já nos anos 1960, é retomado pelos arquitetos ditos participacionistas, como o também britânico John Turner (famoso pela frase dita ao ser levado para conhecer conjuntos habitacionais e favelas no Brasil: “mostraram-me soluções que são problemas e problemas que são soluções”). No Brasil, suas ideias ressoam por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, conhecido pela urbanização pioneira, com participação popular, da favela de Brás de Pina – que resistiu à expulsão em plena ditadura militar. O interesse pelas ideias de Geddes parece reemergir também atualmente, a julgar pela publicação recente de um número da revista francesa *Espace et Sociétés* (167, n 4/2016), inteiramente dedicado à Patrick Geddes, sob o título de “Patrick Geddes en héritage”, organizado por Alessia de Biase, Albert Levy e Maria Castrilho Romon, de onde se desdobram essas noções de herança e hereditariedade

em Geddes, tal como aqui apontadas.

<sup>9</sup>Didi Huberman foi o curador de uma grande exposição intitulada “ATLAS :Cómo llevar el mundo a cuestas?” no Museu Reina Sofia, em Madri, em 2010. Essa exposição também circulou na Alemanha (Karlsruhe e Hamburgo, 2011) e depois se desdobrou em uma série de exposições menores (com fotografias e filmes) com o fotógrafo Arno Gisinger que já circularam na França (Tourcoing, 2012 e Paris, 2014) e também no Brasil (no MAR, no Rio de Janeiro, com o título “Atlas, Suite”), em 2013.

<sup>10</sup>Uma reflexão nesse sentido foi desenvolvida por uma das autoras em Rosa (2014).

<sup>11</sup>Lepetit (2001:75-78). Desde pelo menos o século XIX, noções redefinidoras dos elementos constituintes da ordem urbana e da disciplina social têm sido construídas por intervenções que articulam *ordem urbana e ordem social*, em razão da percepção de que a primeira redundaria na última. São inúmeros os estudos que refletem, direta ou indiretamente, a partir de variados enfoques, sobre esse tema. Vejam-se, por exemplo: Bresciani (1984; 1991); Béguin (1991); Pechman (1994); Choay (1998).

<sup>12</sup>Cordeiro e Frugoli (2011:19). Evitando partir de tais “totalidades inacessíveis”, o esforço epistemológico daí decorrente se faz, entretanto, no sentido de não deslizar para uma perspectiva fragmentária, da cidade como “mosaico”, ou reduzida a “localismos”, como alerta Smith (2002). Refletindo sobre o espaço geográfico de forma mais ampla, o autor, partindo da crítica a uma abordagem da diferença como totalidade (que se reduziria à “diversidade”) e dialogando com a proposição de Lefebvre da cidade como “espaço das diferenças”, conduz a reflexão em termos de uma concepção relacional do espaço (aí incluída a cidade), a partir de uma concepção também relacional das escalas espaciais. Há ainda toda uma reflexão, fundamental, sobre o quanto tal noção totalizante de “cidade” construiu-se a partir de um referencial eurocêntrico, sendo necessário aos estudos urbanos um descentramento cultural, como indica Agier (2017:424): “Os saberes e imaginários atuais da cidade constituíram-se historicamente no mundo ocidental e só parcialmente correspondem à realidade múltipla dos fatos urbanos no mundo atual. O próprio conceito de cidade que foi construído em transparência com o

modelo da cidade europeia, está fornecendo os marcos referenciais e as ordens de grandeza segundo os quais os estabelecimentos humanos do resto do planeta foram, e continuam sendo, medidos”.

<sup>13</sup>Apesar das trajetórias de atuação prático-profissional, de pesquisa e didáticas das autoras serem distintas, há uma clara aproximação nesses termos da dimensão empírica e experimental e dos trabalhos interdisciplinares e liminares (sobretudo com relação à histórica e à antropologia), que converge para uma atuação conjunta no grupo de pesquisa Laboratório Urbano, onde reflexões e práticas nesse sentido vem sendo desenvolvidas desde sua fundação em 2002. Como alguns desdobramentos ver, por exemplo, Jacques (2001), Rosa (2014), ou os diversos trabalhos elaborados no âmbito do Laboratório Urbano ([www.laboratoriourbano.ufba.br](http://www.laboratoriourbano.ufba.br)), na plataforma Corpocidade ([www.corpocidade.dan.ufba.br](http://www.corpocidade.dan.ufba.br)) ou na revista Redobra ([www.redobra.ufba.br](http://www.redobra.ufba.br)).

<sup>14</sup>Agier (2011); Telles (2013). A reflexão em torno da noção de “margens” vem sendo desenvolvida sobretudo por uma das autoras em diálogo, ainda, com Das e Poole (2008), Perlongher (1987), Feltran et al (2011), Cunha e Feltran (2013), para citar algumas referências. Vale dizer que tal retomada contemporânea da noção de “margens” para pensar as “situações periféricas” urbanas (Almeida et al, 2009) distancia-se em tudo daquela articulação entre a “teoria da marginalidade social” e a ideia de uma “cultura da pobreza” a partir da qual se fizeram as primeiras reflexões acadêmicas sobre as favelas no Brasil (teorias da marginalidade), em que tais espaços foram interpretados como a mais típica manifestação da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana. Em sentido contrário, tais reflexões contemporâneas recusam-se a pensar as margens na chave da “ausência” ou da “exclusão”, pensando-as de forma relacional e em perspectiva multiescalar. Mais recentemente, como desdobramento de Rosa (2014), a noção de “limiar” e a reflexão em torno de “urbanidades limiares” vem sendo investigada de forma mais sistemática, tendo se conformado em um dos atravessamentos do último encontro Corpocidade (ver Rosa et al, 2017) e em um projeto de pesquisa contemplado pelo Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores (PROPCI/PROPG UFBA) intitulado “*Urbanidades liminares: moradia e dinâmicas*

*socioespaciais nas ‘margens’ da cidade’.*

<sup>15</sup>Rizek (2012).

<sup>16</sup>Roncayolo (1978); Lepetit (2001). Também Certeau (1994) propõe distinguir “a cidade”, enquanto conceito normativo, da “vida urbana” propriamente dita, a qual se constituiria a partir de “práticas de espaço”.

<sup>17</sup>Paquot (2006); Agier (2011:44): “A vida social dos slums de Bangcoc, o imaginário de Água Blanca em Cali, a violência da Rocinha no Rio de Janeiro não são menos da cidade que La Defense ou o Marais de Paris, a Quinta Avenida em Nova York ou os subúrbios residenciais de Los Angeles. Uns e outros designam diferentes “regimes de urbanidade”. A sua comparação revela uma desigualdade antes mesmo que se possa interrogar sobre as diferenças. Mas depende de cada um atribuir-lhes plena igualdade epistemológica, no que se refere aos processos de criação e transformação do espaço comum, as situações e os lugares onde a cidade se faz (...)”.

<sup>18</sup>Margareth da Silva Pereira, professora da UFRJ, em entrevista concedida à Revista de História (2010), afirma que, no Brasil, “nós acumulamos a sabedoria do entre há 500 anos”. Levar a sério tal abordagem é uma das proposições metodológicas e epistemológicas que vimos empreendendo a partir da ideia de “limiar”: que sabedoria é essa? Como fazê-la dialogar com os saberes “técnicos”, “acadêmicos”, “profissionais”? Como podemos aprender e ensinar outras dimensões do urbanismo e do projeto urbano a partir desse “entre”, desses “limiares”?

<sup>19</sup>A presença de outras disciplinas, em particular das ciências humanas e sociais, na formação dos arquitetos e urbanistas é recorrente em diversas escolas mundo afora, ao contrário do que vem acontecendo no Brasil, em que o ensino de arquitetura e urbanismo vem, progressivamente, tornando-se campo restrito apenas aos próprios arquitetos urbanistas, acarretando em um empobrecimento na formação dos estudantes, tanto em sua dimensão estritamente técnica e aplicada, quanto crítica e reflexiva. Destacam-se, nesse sentido, algumas tentativas de construir outras possibilidades de formação em urbanismo ou planejamento urbano no país, a nível de graduação, em que a trans e interdisciplinaridade parece ser uma premissa, como é o caso do curso de Urbanismo da UNEB, o curso de Planejamento Territorial da UFABC ou ainda a proposta

de criação do Instituto das Cidades, pela UNIFESP, para citar alguns.

<sup>20</sup>Em uma recente banca de Trabalho Final de Graduação na FAUFBA, da aluna Janaína Lisiak, o professor de urbanismo Luís Antonio de Souza (UNEB) afirmou algo fundamental: o ofício do arquiteto urbanista é pensar (o espaço, a cidade, etc). Por vezes esquecemos desse princípio básico do ofício, os estudantes de arquitetura e urbanismo são treinados a cumprir tarefas já estabelecidas, e cada vez mais têm dificuldade em pensar, ou seja, ao invés de resolver problemas já dados, pensar para construir novos questionamentos e campos de atuação. Também a professora Vera Pallamin, em breve texto intitulado justamente “O ofício do arquiteto” (2009), reflete sobre tais questões: “O presente nos conduz a pensar sobre o ‘ofício do arquiteto’ não como se pudéssemos, de modo essencialista, recolher em uma única singularidade a rede complexa de saberes em que hoje este se instala. Pelo contrário, deparamo nos aí com uma multiplicidade de fazeres e práticas de atuação profissional pouco afeita à ortodoxia.”

<sup>21</sup>O Ateliê 5, na FAUFBA, pode ser considerado o único momento, ao longo do curso de graduação em arquitetura e urbanismo, em que o ensino projetual do urbanismo é realizado. Há diferentes turmas de Ateliê 5, o qual, de fato, é intitulado oficialmente de “planejamento urbano e regional”. Entretanto, por considerar que o planejamento seja uma atividade eminentemente multi, inter e transdisciplinar, somente sendo realizável a partir da integração entre profissionais de diversas disciplinas (o que não acontece neste ateliê), na turma por nós ministrada vimos optando por denominá-lo Ateliê de Urbanismo, no qual as noções de plano e projeto são pensadas de forma articulada e não hierarquizada, priorizando o trânsito entre escalas de reflexão e proposição (nesse sentido, neste texto, ao refletirmos sobre determinadas concepções de projeto, englobamos aí, a título reflexivo, a própria noção de plano). Paola Berenstein Jacques ingressou como professora da disciplina em 2002, a partir de então vem oferecendo o ateliê em parceria com diversos professores efetivos (Angela Gordilho, Ana Fernandes, Aruane Garzedin para citar alguns), professores substitutos e mestrandos/doutorandos em estágio docente. Em 2015, Thaís T.

Rosa ingressou como professora da disciplina junto a ela e os estagiários docentes, tendo assumido sua coordenação no ano seguinte (quando do afastamento de Paola Berenstein Jacques para pós-doutorado sênior), ao lado de Gabriela L. Pereira, dupla que segue à frente do ateliê em 2017 (ao qual se somou também Sanane Sampaio), sempre acompanhadas por diferentes estagiários docentes (atividade de tirocínio docente dos estudantes do PPG-AU/FAUFBA), como Igor Queiroz, mestrando, responsável pelas imagens/montagens do presente artigo.

<sup>22</sup>Certeau (1994).

<sup>23</sup>Como, por exemplo, alguns dos parceiros nacionais e internacionais do Laboratório Urbano como o Laboratoire Architecture Anthropologie – LAA e rede LIEU (ENSA - Paris La Villette), Centre de Recherche sur l'espace sonore et l'environnement urbain CRESSON e rede AMBIANCES (ENSA – Grenoble), Laboratório Arti Cíviche – LAC (Roma Tre), ou ainda, o Laboratório de Estudos Urbanos – LEU (FAU-UFRJ) e o Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo – LEAUC (IAU-USP), para só citar alguns.

<sup>24</sup>Figueiredo *et al* (2013), em estudo panorâmico sobre a formação em urbanismo no país, demonstram que, nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, a presença de disciplinas obrigatórias voltadas ao campo do urbanismo ainda é relativamente pouco significativa, destacando-se o curso de graduação em arquitetura e urbanismo da FAUFBA como um dos currículos com os menores índices nesse sentido. É de se notar, entretanto, que o projeto político-pedagógico desta Faculdade está em processo de revisão, podendo sinalizar para uma reversão em tais condições de formação no que tange ao urbanismo.

<sup>25</sup>E aqui nos aproximamos, uma vez mais, da reflexão proposta por Pallamin (2009 – grifo no original): “Como se vê, muito do ofício dos arquitetos, do que eles fazem (ou não), e a disposição com que fazem fundamenta se na compreensão que se têm sobre a ‘*construção da cidade*’, e dos termos sócio políticos dessa construção: o que nela se destrói, se exclui, se elimina ou se exalta. Situar se criticamente neste terreno encontra se entre as tarefas mais prementes para o atual exercício da arquitetura, caso esta seja tomada como algo mais do que a mera afirmação positiva do estado das coisas.”

<sup>26</sup>Vale remeter à ideia de “urbanismo narrativo”, que

vem sendo construída teórica e empiricamente por Adriana Goni, antropóloga social e cultural com PhD em *Urban Planning*, professora associada da área de estudos urbanos e planejamento na *Universidad de La Republica de Uruguay*, conforme palestra ministrada recentemente na FAUFBA, a convite do Laboratório Urbano, intitulada “*Além das fronteiras: urbanismo narrativo, arte e arquitetura*”. Também Sandercock (2005) reflete sobre a relação entre histórias narradas e o planejamento urbano (também enquanto uma narrativa), problematizando algumas de suas dimensões metodológicas, para citar algumas reflexões que dialogam, em alguma medida, com algumas das abordagens aqui esboçadas.

<sup>27</sup>Certeau (1994: 153).

<sup>28</sup>Sobre a questão da montagem urbana aqui proposta, em particular, a partir de Walter Benjamin, Georges Bataille e Aby Warburg, ver o texto *Montagem Urbana* no tomo 4 (Memória, Narração, História) de Paola Berenstein Jacques da coleção “Experiências Metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea” (Salvador, EDUFBA, 2015, coleção resultante de projeto de pesquisa coletivo homônimo, programa PRONEM, FAPESB/CNPq, realizado pelo grupo de pesquisa Laboratório Urbano PPG-AU/FAUFBA: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/pronem>), texto introdutório da pesquisa “*URBANISMO CONTEMPORÂNEO: nebulosas, montagens e gestos*” (contemplada com bolsa PQ1/CNPq).

<sup>29</sup>Apesar de tema ainda pouco explorado, vários estudos já contribuíram para mostrar a importância do processo de projeto como pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo e, em particular, a coimplicação entre pesquisa e ensino de projeto. Mais recentemente, podemos notar também um significativo crescimento de iniciativas (já não mais pontuais como outrora) que promovem a importante aproximação da investigação projetual à extensão universitária, com a criação ou consolidação de escritórios públicos (ou escritórios modelo – os EMAUs) em várias de nossas escolas de arquitetura e urbanismo, assim como as novas residências em assistência técnica em arquitetura e urbanismo e outras iniciativas instigantes, como os projetos e planos urbanos ditos “insurgentes” ou “conflituais”, que levam a discussão sobre o projeto para a extensão universitária, não somente

possibilitando que as nossas escolas, sobretudo as públicas, cumpram de forma ampliada seu papel social (que também é político), como também abram novas perspectivas extremamente interessantes, muitas vezes com equipes interdisciplinares de professores e estudantes, para a experimentação e inovação em metodologias de projeto, em particular nos projetos ditos coletivos ou participativos ou ainda de interesse social. Desdobramentos reflexivos e uma maior publicização destas experiências e seus processos se fazem fundamentais, a exemplo dos recém-lançados “*Universidade e Luta pela Moradia*” (Bienestein et al, 2017) e “*Planejamento e Conflitos Urbanos*” (Oliveira et al, 2016), para citar alguns.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. "Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas nas fronteiras urbanas." In: Glendhill, J.; Hita, M. G; Perelman, M. (orgs). *Disputas em torno do espaço urbano. Processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: Edufba, 2017.
- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALMEIDA, Ronaldo; et al. "Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 2009.
- ARANTES, A. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.
- BEGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto". *Revista Espaço & Debates*, nº 34, NERU, 1991, p.39-54.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Volume 1*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BIASE, Alessia. "Por uma postura antropológica de apreensão da cidade". In: *Redobra*, Salvador, n. 10, ano 3, p. 190-206, 2012.
- BIASE, Alessia de; et al. "Patrick Geddes en héritage". *Espace et Sociétés*, 167, n 4/2016.
- BIENESTEIN, Glauco; et al. (orgs.) *Universidade e Luta pela Moradia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. "As sete portas da cidade". *Revista Espaço e Debates*, n.34, NERU, 1991, p.10-15.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHOAY, Françoise. *Urbanismo, Utopia e Realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis (orgs). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2013.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. (eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. "Remontée, remontage (du temps)". In: *L'étincelle*, Paris, 2007.
- FELTRAN, Gabriel; et al. *As margens da cidade: grupos urbanos 'marginais', política e violência no estado de São Paulo. Relatório parcial de pesquisa*. São Carlos, UFSCar, 2011 (mimeo).
- FIGUEIREDO, Glória Cecília dos S; et al. "Formação em Urbanismo no Brasil: de tema residual a campo autônomo e transdisciplinar de saber". In: Gonzalez, S. F. N; et al. *Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática*. São Paulo: Editora Livre Expressão, 2013 (pp. 408-476).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. "O método desviante". In: *Revista Trópico*, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Canteiro de obra" In: Jacques, P. B.; Britto, F. D. (orgs). *Corporcidade: Gestos Urbanos*. Salvador, EDUFBA, 2017.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- JACQUES, Paola Berenstein (org). *Apologia da Deriva*, Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2003.
- JACQUES, Paola Berenstein. "Montagem Urbana". In: Jacques, P. B.; Britto, F. D. (orgs). *Memória, Narração, História. Coleção Experiências Metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea*. Salvador, EDUFBA, 2015.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da Ginga*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (orgs). *Corporcidade: Gestos Urbanos*. Salvador, EDUFBA, 2017.
- JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (orgs). *Memória, Narração, História. Coleção Experiências Metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea*. Salvador, EDUFBA, 2015.
- KRAUSS, Rosalind. "Sculpture in the Expanded Field". In: Foster, Hal. *The AntiAesthetic: Essays on PostModern Culture*, Washington: Bay Press, 1984.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- OLIVEIRA, Fabrício L. de; SANCHEZ, Fernanda; et al (orgs). *Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capita, 2016.
- PALLAMIN, Vera. "O ofício do arquiteto". São Paulo: FAUUSP, 2009 (mimeo).
- PAQUOT, Thierry. *Terre Urbain: cinq défis pour le devenir urbain de la planète*. Paris: La Découverte, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. "Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular." In: BRESCIANI, Maria Stella M. (org.). *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994

PERLONGER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos". In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 24-41.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana". *Cadernos do CRH*, Salvador, v.18, 2005.

RIZEK, Cibele. "Limites e limiares / corpo e experiência". *Redobra*, Salvador, n. 10, ano 3, p. 33-39, 2012.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1978.

ROSA, Thaís Troncon. *Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares*. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

ROSA, Thaís Troncon; ROCHA, Eduardo; et al. "Liminaridades". In: Britto, F. D.; Jacques, P. B. (orgs.). *Corpocidade: Gestos Urbanos*. Salvador: Edfba, 2017.

SANDERCOCK, Leonie. "Debatendo o preconceito: a importância de histórias e de sua narração na prática do planejamento". In: *Cadernos IPPUR*, ano XIX, nº 1 e 2, Rio de Janeiro, 2005.

SMITH, Neil. "Geografía, diferencia y las políticas de escala". *Terra Livre*. São Paulo, Ano 18, n. 19, 2002, p. 127-146.

TELLES, Vera da Silva. "Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica." *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, p. 359-373.

#### PAOLA BERENSTEIN JACQUES

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ. Especialização em Teoria e Projeto de Arquitetura e Urbanismo pela ENSA de Paris-Villemin com estágio na AA School. Mestrado em Filosofia da Arte. Doutorado em História da Arte e da Arquitetura pela Université de Paris I e estágio recém-doutor no PROURB/UFRJ. Pós doutorado no LAIOS/IIAC/CNRS (Antropologia), estágio sênior no LAA/LAVUE/CNRS. Pós doutorado sênior em curso no CIEC/IFCH/UNICAMP (História). Professora associada da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em Artes Visuais e em Dança da UFBA. Coordena o grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA). Pesquisadora CNPq.

#### THAIS TRONCON ROSA

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo (EESC-USP). Mestrado em História (IFCH-UNICAMP). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP, com estágio-sanduiche pela Universidad de Sevilla. Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (IAU-USP/2015). Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (coordenadora em exercício, 2017/2018).